

INSCRIÇÃO PARA MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Identificação:

Nome: _____

Naturalidade: _____ Estado Civil: _____

RG nº: _____ CPF nº _____

Endereço: Rua _____

Nº _____ Complemento _____ Bairro _____

Cidade _____ CEP _____

Telefone: _____ Celular () _____ - _____

O Requerinte acima qualificado, vem respeitosamente, nos termos do Edital nº 01/2020, requisitar a homologação do presente mandato eletivo de membro do Conselho Deliberativo do IPREM - Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre, para o período de 2020/2022, nos termos do art. 67,§1º da Lei Municipal 4.643/07 e da Lei Municipal 5.986/18.

Nestes termos pede deferimento.

Pouso Alegre ____ de _____ de _____

Assinatura do Candidato



INSCRIÇÃO PARA MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Identificação:

Nome: _____

Naturalidade: _____ Estado Civil: _____

RG nº: _____ CPF nº _____

Endereço: Rua _____

Nº _____ Complemento _____ Bairro _____

Cidade _____ CEP _____

Telefone: _____ Celular () _____ - _____

O Requerinte acima qualificado, vem respeitosamente, nos termos da Edital nº 01/2020, requisitar a homologação do presente mandato eletivo de membro do Conselho Fiscal do IPREM - Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre, para o período de 2020/2022, nos termos do art. 67,§1º da Lei Municipal 4.643/07 e da Lei Municipal 5.986/18.

Nestes termos pede deferimento.

Pouso Alegre ____ de _____ de _____

Assinatura do Candidato



ANEXO I

DECLARAÇÃO (inciso II do § 1º do art. 3º da Portaria 9.907/2020)

Eu (nome completo), (profissão), portador da identidade nº, CPF nº, residente e domiciliado em (endereço completo com CEP), designado para exercer a função de (especificar a função de que trata o caput do art. 1º da Portaria 9.907/2020) junto à unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social de (especificar a unidade da federação), declaro, para os devidos fins da prova prevista no art. 8º - B da Lei nº 9.717, de 27 de Novembro de 1998, e sob as penas da lei, que não sofri condenação criminal transitada em julgado, conforme certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Estadual e da Justiça Federal anexas, e que não incidi em alguma das demais situações de inelegibilidade prevista no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de Maio de 1990.

Local e data.

Identificação e assinatura.